

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Miramar Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais				
	2012	2011	2012	2011
ATIVO				
CIRCULANTE	1.467	6.107	20.411	25.245
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	1.206	5.835	57	87
Dividendos a Receber (Nota 10a)	218	225	20.262	25.133
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11b)	43	47	92	25
NÃO CIRCULANTE	321.266	298.293	302.322	279.155
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.513	4.326		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11b)	4.513	4.326	167.000	167.000
INVESTIMENTOS (Nota 6b)	316.753	293.967	135.322	112.155
TOTAL	322.733	304.400	322.733	304.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Lucros Estatutária Acumulados	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	23.820	24.779	Saldos em 31.12.2010	167.000	10.081	77.893	-
Receitas Financeiras (Nota 8)	813	1.060	Lucro Líquido do Exercício	-	-	24.413	24.413
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6b)	23.005	23.719	Destinações: - Reservas	-	1.220	22.961	(24.181)
Outras Receitas Operacionais	2	-	- Dividendos Propostos (R\$ 5,50 por ação)	-	-	-	(232)
DESPESAS OPERACIONAIS	236	113	Saldos em 31.12.2011	167.000	11.301	100.854	-
Despesas Tributárias	1	1	Lucro Líquido do Exercício	-	-	23.389	23.389
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)	235	112	Destinações: - Reservas	-	1.170	21.997	(23.167)
- Dividendos Propostos (R\$ 5,30 por ação)	-	-	-	-	-	-	(222)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	23.584	24.666	Saldos em 31.12.2012	167.000	12.471	122.851	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11a)	(195)	(253)					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.389	24.413					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Milhares de Reais				
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2012	2011	Descrição	2012	%	2011	%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	2	-	-	-
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	23.584	24.666	Outras Receitas	2	-	-	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(23.331)	(24.174)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(193)	(0,8)	(74)	(0,3)
Resultado de Participações em Coligadas	(23.005)	(23.719)	Serviços de Terceiros	(193)	(0,8)	(74)	(0,3)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(326)	(455)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(191)	(0,8)	(74)	(0,3)
Lucro Líquido Ajustado	253	492	4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	4	(0,8)	(74)	(0,3)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(80)	(91)	5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	23.818	100,8	24.779	100,3
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	66	(43)	Resultado de Equivalência Patrimonial	23.005	97,4	23.719	96,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados	-	(56)	Receitas Financeiras	813	3,4	1.060	4,3
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	239	302	6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (4+5)	23.822	99,2	24.705	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	23.627	99,1	24.705	100,0
Dividendos Recebidos	225	176	Impostos, Taxas e Contribuições	238	1,0	292	1,2
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	225	176	Federais	238	1,0	292	1,2
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Remuneração de Capitais Próprios	23.389	99,0	24.413	98,8
Dividendos Pagos	(5.093)	-	Dividendos	222	0,9	231	0,9
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(5.093)	-	Lucros Retidos	23.167	98,1	24.182	97,9
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.629)	478					
Início do Período	5.835	5.357					
Fim do Período	1.206	5.835					
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.629)	478					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Investimento em controladas

São classificadas como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou convéns, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas quando há evidências objetivas que demonstram a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por *impairment* são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;

• Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria, não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.10) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 e dos CPCs estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

AIG Resseguros Brasil S.A.	2
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	7



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Empresarial 2

Volume 123 • Número 39
São Paulo, sexta-feira, 1º de março de 2013

Página 7

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

6) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 23.005 (2011 - R\$ 23.719).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Capital Social		Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste Decorrente de Avaliação (2)	
	2012	2011		ON	PN		2012	2011	2012	2011
Andorra Holdings (1) (2)	165.000	515.783	50.020	147.807	-	45,9916	237.216	214.430	23.005	23.719
Ágio - Andorra Holdings (3)	-	-	-	-	-	-	79.537	79.537	-	-
Total							316.753	293.967	23.005	23.719

(1) Dados relativos a 31.12.2012;

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis; e

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andorra Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (*impairment*) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	41.998.035	41.998.035

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reservas de Lucros	135.322	112.156
- Reserva legal (1)	12.471	11.302
- Reserva estatutária (2)	122.851	100.854

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2012	% (1)	2011	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	23.389		24.413	
Reserva Legal	(1.170)		(1.220)	
Base de Cálculo	22.219		23.193	
Dividendos provisionados	222		232	
Total dos Dividendos	222	1,0	232	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	487	605
Juros Ativos	326	455
Total	813	1.060

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços de Terceiros	22	15
Editais e Publicações	171	59
Contribuição Sindical Patronal	42	38
Total	235	112

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1)	1	11
Fundos de Investimentos Financeiros (2)	1.205	5.824
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.206	5.835

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., no montante de R\$ 1.205 (2011 - R\$ 5.824).

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2012		2011	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	1	-	11	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Receber:				
Andorra Holdings S.A.	218	-	225	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(6.682)	-	(9.932)	-
Banco Bradesco BBI S.A.	(1.431)	-	(3.052)	-
Banco Bradesco S.A.	(3.059)	-	(3.059)	-
Banco Bradesco C.V.T.M.	(9.090)	-	(9.090)	-

Caixa e Equivalentes de Caixa:

Banco Bradesco S.A. 1 - 11 -

Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Receber:

Andorra Holdings S.A. 218 - 225 -

Dividendos a Pagar:

Banco Alvorada S.A. (6.682) - (9.932) -

Banco Bradesco BBI S.A. (1.431) - (3.052) -

Banco Bradesco S.A. (3.059) - (3.059) -

Banco Bradesco C.V.T.M. (9.090) - (9.090) -

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	23.584	24.666

Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente (8.019) (8.386)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:

Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes 7.822 8.064

Despesas e provisões indebitáveis líquidas das receitas não tributáveis - 28

Outros 2 41

Imposto de renda e contribuição social do exercício **(195)** **(253)**

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 4.556 (2011 - R\$ 4.373) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 57 (2011 - R\$ 87), referem-se a Contribuição Social de R\$ 4 (2011 - R\$ 6) e Imposto de Renda de R\$ 53 (2011 - R\$ 81).

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

A DIRETORIA

Daniel José Liberati – Contador – CRC 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Miramar Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas

não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

AIG Resseguros Brasil S.A.	2
MIRAMAR HOLDINGS S.A.	7

Diário Oficial

Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 39

Página 8

São Paulo, sexta-feira, 1º de março de 2013

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 09.060.272/0001-51
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.
Cidade de Deus, 25 de janeiro de 2013.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		2012		2011	
ATIVO					
CIRCULANTE		1.467	6.107		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)		1.206	5.835		
Dividendos a Receber (Nota 10a)		218	225		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11b)		43	47		
NÃO CIRCULANTE		321.266	298.293		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.513	4.326		
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 11b)		4.513	4.326		
INVESTIMENTOS (Nota 6b)		316.753	293.967		
TOTAL		322.733	304.400		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE		20.411	25.245		
Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 11c)		57	87		
Dividendos a Pagar (Nota 10a)		20.262	25.132		
Outras Obrigações		92	25		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		302.322	279.155		
Capital Social		-	-		
- De Domiciliados no País (Nota 7a)		167.000	167.000		
Reservas de Lucros (Nota 7b)		135.322	112.155		
TOTAL		322.733	304.400		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		Exercícios findos em 31 de dezembro		2012		2011	
RECEITAS OPERACIONAIS		23.820	24.779	813	1.060	23.005	23.719
Receitas Financeiras (Nota 8)		813	1.060				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 6b)		23.005	23.719				
Outras Receitas Operacionais		2	-				
DESPESAS OPERACIONAIS		236	113	1	1	235	112
Despesas Tributárias		1	1				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 9)		235	112				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		23.584	24.666				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 11a)		(195)	(253)				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		23.389	24.413				
Média ponderada de ações atribuídas aos acionistas		41.998.035	41.998.035				
Lucro básico por ação ordinária (expresso em R\$ por ação)		0,56	0,58				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA - Em Milhares de Reais		Exercícios findos em 31 de dezembro		2012		2011	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:							
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		23.584	24.666	(23.331)	(24.174)	(23.005)	(23.719)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos		(23.331)	(24.174)	(23.005)	(23.719)	(235)	(455)
Resultado de Participações em Coligadas							
Juros, Variações Monetárias, Cambiais, Líquidas		253	492	(80)	(91)	66	(43)
Lucro Líquido Ajustado		239	302	(225)	(176)	225	176
(Aumento)/Redução em Outras Ativos							
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações							
Imposto de Renda e Contribuição Social Compensados							
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		239	302	(225)	(176)	225	176
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:							
Dividendos Recebidos							
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos							
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:							
Dividendos Pagos							
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos							
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa							
Início do Período		5.835	5.357	1.206	5.835	4.629	478
Fim do Período		1.206	5.835	4.629	478		
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Miramar Holdings S.A. é uma Companhia que por objeto a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Miramar Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão das demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de janeiro de 2013.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Investimento em controladas
São classificadas como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo o resultado classificado como despesa (ou receita) operacional.
O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

Agio (Goodwill)
O agio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.
O agio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma entidade e coligada na data da aquisição. O agio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.
O agio é testado anualmente e sempre que ocorrer um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o agio atribuído e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de agio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do agio relativo à entidade vendida.

2.5) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perdas de seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas quando há evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que podem ser estimadas de modo confiável.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor contábil. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de agio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.
Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.
O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gere entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável de agio, o montante do agio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o agio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o FRG 8 e o CPC 22.
Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas relativas às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer agio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira pro rata.
Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a agio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas por impairment são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida anteriormente.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios descritos pelo CPC 25, sendo:
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas.
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

6) INVESTIMENTOS
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 23.005 (2011 - R\$ 23.719).
b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Andara Holdings (1) (2)	165.000	515.783
Agio - Andara Holdings (3)		50.020
Total	165.000	565.803

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional (1)	1	11
Fundos de Investimentos Financeiros (2)	1.205	5.824
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.206	5.835

(1) Dados relativos a 31.12.2012;
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de práticas contábeis, quando aplicáveis; e
(3) O agio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Andara Holdings S.A. Os testes de recuperabilidade dos ativos (impairment) são feitos anualmente, não havendo perda a ser reconhecida.

Miramar Holdings S.A.

CNPJ 08.060.272/0001-61
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Ordinárias	41.998.035	41.998.035
Total	41.998.035	41.998.035

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2012	2011
Reservas de Lucros	135.322	112.156
- Reserva legal (1)	12.471	11.302
- Reserva estatutária (2)	122.851	100.854

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2012 e 2011 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		%	(1)
	2012	2011		
Lucro Líquido do Exercício	23.389	24.413		
Reserva Legal	(1.170)	(1.220)		
Base de Cálculo	22.219	23.193		
Dividendos provisionados	222	232		
Total dos Dividendos	222	232	1,0	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

8) RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	487	605
Juros Ativos	326	455
Total	813	1.060

9) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Serviços de Terceiros	22	15
Ediais e Publicações	171	59
Contribuição Sindical Patronal	42	38
Total	235	112

Aos Administradores e Acionistas da

Miramar Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Miramar Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

10) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	2012		2011	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	1	-	11	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Receber:				
Andorra Holdings S.A.	218	-	225	-
Dividendos a Pagar:				
Banco Alvorada S.A.	(6.682)	-	(9.932)	-
Banco Bradesco BBI S.A.	(1.431)	-	(3.052)	-
Banco Bradesco S.A.	(3.059)	-	(3.059)	-
Banco Bradesco C.V.T.M.	(8.000)	-	(8.000)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

11) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	2011
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	23.584	24.666
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(8.019)	(8.386)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	7.822	8.064
Despesas e provisões indutíveis liquadas das receitas não tributáveis	-	28
Outros	2	41
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(195)	(253)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 4.556 (2011 - R\$ 4.373) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda de exercícios anteriores.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 57 (2011 - R\$ 87), referem-se a Contribuição Social de R\$ 4 (2011 - R\$ 5) e imposto de Renda de R\$ 53 (2011 - R\$ 81).

12) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

b) A Companhia, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

A DIRETORIA

Daniel José Liberali – Contador – CRC 1SP178435/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Miramar Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes
CRC 28/014426/O-8

São Paulo, 25 de fevereiro de 2013

Zenilo Nakasato
Contador CRC 1SP160789/O-0



Argentina e Irã: parceiros da verdade?

Países investigarão atentado sofrido pela Amia em 1994. Oposição diz que acordo deixará culpados impunes.

Em meio a um forte protesto da comunidade judaica, o governo argentino conseguiu, na madrugada de ontem, a aprovação pela Câmara dos Deputados do acordo com o Irã que cria uma comissão para investigar o atentado contra a Associação Mutual Israelita Argentina (Amia), em Buenos Aires, em 1994. A associação judaica disse que vai tentar anular o memorando na Justiça local e nos tribunais internacionais.

O texto, que cria uma "comissão da verdade" com representantes dos dois países, obteve 131 votos favoráveis e 113 contrários. O acordo já havia sido aprovado pelo Senado por 39 votos a favor e 31 contra, na semana passada, e agora só espera a promulgação do Executivo.

Em Teerã, o presidente Mahmoud Ahmadinejad também enviou o memorando ao parlamento iraniano. O acordo detalha que a comissão será composta por cinco especialistas jurídicos estrangeiros, os quais vão emitir um parecer após avaliar a investigação feita pela Argentina. Em 2007, a Justiça argentina conseguiu mandados de prisão da Interpol para cinco iranianos – inclusive o atual ministro de Defesa, Ahmad Vahidi – e um libanês acusado pelo atentado. Irã negou qualquer envolvimento no atenta-

do. A comissão deve viajar a Teerã para interrogar as pessoas procuradas pela Interpol.

Os jornalistas defenderam o memorando como um instrumento necessário para avançar nas investigações do atentado, que destruiu o edifício da Amia e matou 85 pessoas.

Reação – Já a oposição criticou o acordo. "É mentira que esse projeto vai ajudar a esclarecer o crime; pelo contrário, vai acobertar os culpados", opinou o rabino Sergio Bergman, deputado do partido de oposição Proposta Republicana (Pro).

O mesmo tom foi usado pelo jurista e deputado Ricardo Gil Lavedra, da União Cívica Radical (UCR). "Inexoravelmente, esse memorando vai trazer um retrocesso para as investigações na Argentina", disse. "Olrá jamais vai extraditar um cidadão para prestar depoimento, ser julgado e condenado."

Em entrevista ao canal argentino *Todo Noticias*, o representante da Amia, Guillermo Borger, disse que a entidade vai tentar anular o acordo "em todas as instâncias nacionais e internacionais".

Ontem, o governo de Israel se disse decepcionado pela ratificação do acordo com o Irã.

"A experiência demonstrou que os acordos com o governo do Irã não são respeitados e nunca chegam a mudar a linha de Teerã", disse o país em declaração. (Agências)

Marcos Brindici/Reuters - 27/02/13



Governistas dizem que investigações avançarão, mas oposição afirma que acordo vai acobertar culpados.



TENSÃO CIBERNÉTICA

A China diz que foi alvo de 144 mil ataques por mês, a maioria dos EUA.

A China denunciou ontem que dois sites militares do país, incluindo do Ministério da Defesa, foram atacados 144 mil vezes por mês no ano passado, sendo que 62% dos ataques pro-

vinham dos Estados Unidos. "Esperamos que o lado norte-americano possa explicar e esclarecer isso", disse o porta-voz do ministério, Geng Yansheng.

A declaração é uma res-

posta a um relatório da empresa Mandiant, que acusou a China de obter dados sigilosos de 141 empresas nos EUA e no Canadá, usando uma unidade militar em Xangai. (Folhapress)

Uma ajuda aos amigos. Contra Assad.

O secretário de Estado norte-americano, John Kerry, anunciou ontem que o governo de Barack Obama vai fornecer US\$ 60 milhões em ajuda à oposição síria e Irã, pela primeira vez, enviar auxílio não letal como alimentos e suprimentos médicos para os rebeldes que lutam para derrubar o presidente Bashar al-Assad.

Kerry fez o anúncio, em Roma, durante uma conferência internacional dos "Amigos da Síria". Segundo o secretário, a decisão busca elevar a pressão para que Assad deixe o comando do país e abra caminho para uma transição democrática.

Ele disse que a assistência também tem como meta ajudar a oposição a governar áreas recentemente liberadas da Síria e atenuar a influência dos extremistas.

"Não podemos arriscar permitir que este país, no coração do Oriente Médio, seja destruído por autocratas cruéis e sequestrado por extremistas", disse Kerry. (Agências)

WikiLeaks: soldado nega traição.

O soldado norte-americano Bradley Manning negou ontem ter enviado informações secretas do Exército dos Estados Unidos à organização WikiLeaks. Ele é julgado por 22 crimes após ser acusado de repassar milhares de documentos militares.

As informações confidenciais eram, em sua maioria, relativas às guerras no Afeganistão e no Iraque, além de dados das relações diplomáticas com diversos países. A divulgação de documentos pelo WikiLeaks foi o maior vazamento de dados da história norte-americana.

Manning se diz inocente de 12 acusações, incluindo o crime de traição à pátria, mas confessou sua culpa em dez acusações, que incluem posse e divulgação voluntária de dados sigilosos dos EUA. (Agências)

É mentira que esse projeto vai ajudar a esclarecer o atentado.
Sergio Bergman, rabino e deputado da oposição argentina.